

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN: COM A PALAVRA, AS PROFESSORAS

Maria Aparecida Ferreira¹
Estafane Cristina da Silva Alves¹
Auriston Magalhães Vitor²
Fernanda Bicalho Pereira²
Magali de Paula Silva Santana²

fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

O presente artigo visa a compreender o processo de escolarização da criança com Síndrome de Down, abordando, também, os desafios e as possibilidades no contexto escolar a partir da visão das professoras. A pesquisa utilizou o método qualitativo de pesquisa e os dados passaram pela análise de conteúdo. Realizou-se uma entrevista semiestruturada, composta por quatro questões. A pesquisa foi realizada com três professoras docentes em escola estadual de municípios do interior da Zona da Mata mineira. As categorias estabelecidas na discussão foram: Educação inclusiva; Formação de professores; Desafios na escolarização de Crianças com Síndrome de Down e Potencialidades da Criança com SD no processo de Escolarização. Percebeu-se que as percepções em relação a possibilidades de aprendizagem do aluno com Síndrome de Down são positivas. Por meio das narrativas das professoras constatou-se que o aluno com SD aprende de forma diferente, cada um de acordo com seu ritmo, singularidade e individualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escolaridade; Síndrome de Down; Trissomia do 21; Docentes.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), cerca de 46 milhões de pessoas no Brasil declaram possuir alguma deficiência física ou intelectual. Desse total é estimado que 300 mil

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

² Psicólogo (a). Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix

1 a cada

19 a 23 de Setembro de 2022

sejam acometidos pela Síndrome de Down (SD), apresentando prevalência de

700 nascimentos. Conforme Dambrós e Terçariol (2020), as crianças com SD possuem características variadas no que diz respeito ao desenvolvimento motor, cognitivo e de linguagem, além de uma variabilidade de transtornos de saúde relacionados a alterações biológicas e psicológicas.

Nesse sentido Déa, Baldin e Déa (2009) afirmam que, apesar das limitações de desenvolvimento tanto físicas quanto intelectuais, é importante oferecer diversas oportunidades na intenção de identificar suas potencialidades. Com as estimulações precocemente iniciadas e com o aumento das oportunidades oferecidas para a pessoa com síndrome de Down, suas condições têm sido ampliadas e mais bem exploradas.

Diante do apresentado, evidencia-se que o interesse pela temática surgiu durante a trajetória acadêmica no curso de Psicologia na Faculdade Vértice, durante a disciplina de Psicologia Escolar e da Educação. As pesquisadoras iniciaram o trabalho e perceberam a importância de trazer o olhar das professoras que acompanham essas crianças.

A questão em foco é o entendimento de como se dá o processo de escolarização de uma criança com SD no contexto escolar, a partir de uma visão das professoras que atuam juntamente a essas crianças. Portanto, o objetivo desse estudo é analisar os desafios e possibilidades para a escolarização de crianças com Síndrome de Down na educação formal a partir do olhar das professoras.

A relevância do estudo está na possibilidade de ampliação dos debates em torno da temática proposta, tanto a nível acadêmico-científico, quanto a nível sociocultural, no sentido de promover uma maior compreensão sobre os processos de aprendizagem das crianças e adolescentes com SD e o fortalecimento das práticas educativas nesse contexto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceitualmente Marinho (2018) apresenta a Síndrome de Down (SD), ou Trissomia do cromossomo 21, como uma alteração genética cromossômica responsável por desencadear uma série de peculiaridades no desenvolvimento motor típico de um indivíduo, influenciando diretamente nos desempenhos correspondentes as suas capacidades cognitivas e físicas. O tipo mais comum é a trissomia 21 simples, que ocorre mediante a um erro genético marcado pela existência de um cromossomo a mais em todos os corpos celulares do organismo, em decorrência de desordens e erros que aconteceram durante a divisão cromossômica do 21 em uma das células dos progenitores.

A SD pode ser classificada como uma encefalopatia de forma não progressiva, caracterizando-se principalmente pela lentidão do desenvolvimento do Sistema Nervoso (SN), especificadamente o sistema nervoso central (SNC). O cérebro é menor em comparação com o de sujeitos não portadores, o lobo frontal que se responsabiliza pela linguagem, pensamentos complexos e comportamento, o tronco cerebral e o cerebelo, que executa controle sobre o sistema motor, encontram-se diminuídos e conseqüentemente afetados (FREIRE *et al.*, 2014, p. 25).

Nesse contexto, Rosot *et al.* (2018) evidenciam que não se pode demarcar como permanentes alguns atrasos ou a presença de riscos concretos ao desenvolvimento motor e cognitivo. As condições de plasticidade cerebral das crianças podem favorecer o desenvolvimento de capacidades ainda não totalmente conhecidas, mas que fomentam estratégias diferenciadas de compensação. Quando bem estimuladas e trabalhadas, transformam-se em progresso e maturação que, conseqüentemente, favorecem o desenvolvimento infantil.

Na construção e aquisição do conhecimento, a criança com toda sua criatividade e originalidade necessita estar inserida em um ambiente que favoreça a aprendizagem. O mediador com quem mantém relação tem a função de promover um relacionamento em que a criança com SD sinta-se segura e motivada a conhecer sua própria essência. Cabe ao educador demonstrar interesse e respeito para com as crianças, pois só assim elas terão a oportunidade de edificar seu autoconhecimento (MIELNIK, 1974, p. 34).

Para Voivodic (2013) devido à deficiência mental presente da SD, a educação dessas crianças é um processo complexo que requer adaptações e, muitas vezes, o uso de recursos especiais, demandando um cuidadoso acompanhamento por parte dos educadores e dos pais. Fatores inerentes à SD afetam diretamente a aprendizagem. Porém, salienta o autor que a deficiência em si, no caso da deficiência mental, não deve ser um fator que impeça as crianças com SD de ter as mesmas oportunidades educacionais que todas as outras.

A educação formal, ministrada pela escola, é um processo importante na formação de todos os indivíduos. A escolarização tem como objetivo principal que os alunos aprendam a aprender e que saibam como e onde buscar a informação necessária. O atendimento educacional da criança com SD não pode ser visto através de rótulos e classificações. É importante avaliar suas dificuldades de aprendizagem e suas necessidades especiais, para que se possa considerá-las em uma perspectiva interativa dos fatores que determinam a intervenção educacional (VOIVODIC, 2013, p. 19).

Déa *et al.* (2009) destacam que as crianças com SD são capazes de aprender muitas coisas: ler, escrever, tocar instrumentos, andar a cavalo, dançar, nadar, entre outras diversas habilidades. No entanto, muitas vezes, precisam de um tempo maior que outra criança precisaria para processar as informações e aprender. Com paciência e persistência, esses indivíduos surpreendem as famílias e os profissionais. Os avanços da Medicina contribuem para a melhor qualidade de vida de pessoas com Down. Além disso, os avanços da Medicina são cada vez maiores a esse respeito, apontando novos caminhos para o desenvolvimento global e superação das dificuldades da criança.

Para que a criança desenvolva todo seu potencial mental, é necessário que se acredite que ela é capaz, tornando-a mais forte e confiante ao aprender, visto que a expectativa dos adultos influencia fortemente em seu sucesso. Contudo, é muito importante não criar uma ansiedade excessiva para não causar pressão psicológica. Estimular é essencial, mas respeitar o ritmo do desenvolvimento de cada criança também é fundamental. As crianças, de forma geral, apresentam grande variação de idade em que realizam determinadas

habilidades físicas, como sentar ou andar. No caso das crianças com SD existe uma variação de tempo ainda mais ampla. A ansiedade e a excessiva cobrança só atrapalharão o desenvolvimento da criança. Sendo assim, é importante estimulá-lo adequadamente e ter paciência. (DÉA et al. 2009, p. 34).

Barreto e Barreto (2014) constatam, em seus estudos, que uma das formas de tornar o conhecimento mais significativo para essas crianças é utilizar os jogos e os recursos das tecnologias da comunicação. Os jogos pedagógicos estimulam a construção do conhecimento e permitem o desenvolvimento das capacidades de observação, atenção e criatividade necessárias para a elaboração de estruturas como classificação, estruturação, ordenação, resolução de problemas e estratégias de alfabetização, leitura e escrita. Os jogos também favorecem a internalização de regras necessárias para o convívio social.

Souza (2017) considera a importância da prática social de leitura e escrita antes da entrada na escola no processo de alfabetização para a construção do leitor com SD. A autora evidencia ainda que a ativação do conhecimento de mundo não ocorre em todas as leituras sendo necessária uma mediação do professor no sentido de propiciar as relações necessárias na formação deste leitor.

Um adequado processo de alfabetização depende da compreensão, por parte do mediador, dos fatores cognitivos envolvidos em todo o processo. A compreensão da organização desse pensamento é de grande importância para a abordagem a ser traçada. E também a relevância das competências fonológicas envolvidas no desenvolvimento das habilidades de ler e escrever. Sendo de suma importância a observação dos processos cognitivos envolvidos no percurso de alfabetização do sujeito com SD, visto que é de grande importância a compreensão do desenvolvimento da linguagem para o trabalho com esse público (ALMEIDA *et al.*, 2020, p. 10).

Mendonça *et al.* (2020) inferem, em seus estudos, que o compartilhamento de saberes e experiências produzem uma movimentação mais eficiente nos processos de desenvolvimento. O que vem a promover novas formas de compreensão, dos elementos que não são dados naturalmente, como a significação da cultura e do conhecimento como



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

atividades criadoras. Dessa forma, verifica-se que um espaço pedagógico colaborativo e desafiador, que priorize a criação de novos caminhos de desenvolvimento pouco usuais, possibilita a emergência dos processos compensatórios. Estimulando, assim, a

formação das funções psicológicas superiores, por meio da correlação entre essas funções para o desenvolvimento do sistema funcional complexo.

Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da psicologia nas instituições escolares quanto à inclusão escolar, mostra a necessidade de atuação frente aos problemas escolares que estas crianças apresentam, e o psicólogo se faz presente e atuante, mostrando e reforçando, a pais, funcionários e educadores que o trabalho com estes alunos, e com os outros de certa forma, deve se pautar no desenvolvimento das habilidades e potencialidades de cada um, de acordo com aquilo que a criança tem de melhor, reforçar as habilidades e trabalhar com as limitações, buscando aprendizado e aperfeiçoamento (MIRANDA, 2019, p. 14)

Miranda (2019) ainda demonstra que todo o trabalho do psicólogo na escola voltado ao desenvolvimento da criança com deficiência demanda uma atitude dinâmica de ensino-aprendizagem que vise às possibilidades dos alunos envolvendo todas as categorias profissionais em um trabalho multidisciplinar dentro da escola. Criando uma rede que se responsabilize de fato pelo aprendizado dessa clientela na escola como um todo.

METODOLOGIA

Este será um estudo qualitativo que buscará investigar a compreensão das professoras de escolas de ensino fundamental I, sobre os desafios e possibilidades na escolarização de crianças com Síndrome de Down. A análise qualitativa é essencial para a compreensão da realidade sob aspectos das múltiplas dimensões do ser humano. Busca entender os fenômenos humanos, os desafios e as dificuldades vividas, a história, os costumes e a forma de viver dos indivíduos, além de utilizar-se de aspectos subjetivos para entender o



fenômeno que se apresenta. Ela pode ser um suporte teórico muito relevante para o desenvolvimento de pesquisas (FERREIRA, 2015).

A primeira etapa realizada foi por meio de estudo exploratório com revisão da literatura sobre o tema, nas plataformas de pesquisa *Scielo* e *Google Acadêmico* e livros sobre o tema.

Por meio de uma entrevista semiestruturada, coletaram-se informações com as professoras das classes regulares e professoras de apoio dessas crianças identificadas como portadoras da SD. As professoras possuem alunos com esse diagnóstico em suas salas de aula e realizam todo o trabalho de alfabetização na escolarização dessas crianças. A amostra da pesquisa foi escolhida de acordo com a proximidade e os contatos das pesquisadoras.

As entrevistas foram realizadas, de forma presencial, no ambiente de trabalho das professoras, logo após a leitura, explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As conversas foram gravadas, com autorização das participantes e transcritas para posterior análise. Todo o material produzido na pesquisa será arquivado pelo prazo de 5 anos, conforme legislação vigente.

Os dados coletados foram analisados à luz da Análise do conteúdo, conceituada por Bardin (1977) como conjunto de técnicas que se vale da comunicação como ponto de partida. Diferente de outras técnicas, é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a produção de inferências e a criação de categorias a partir da análise dos dados. O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras. Verifica-se, ainda, que as fases da Análise de Conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a análise do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise de conteúdo, os dados foram agrupados de acordo com os conteúdos apresentados: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Desafios na escolarização de Crianças com Síndrome de Down, Potencialidades da Criança com SD no processo de Escolarização. As entrevistadas foram

nomeadas Ana, Betânia e Clara (nomes fictícios) para facilitar a apresentação dos dados.

Educação inclusiva

No que diz respeito ao conceito de educação inclusiva, a entrevistada Ana entende ser a modalidade que atende a todas as crianças que possuem alguma necessidade especial, sendo o ensino regular o lugar onde se amplia a educação especial e onde se encontra oportunidade para todos. Tal perspectiva encontra respaldo na legislação pertinente à inclusão de pessoas com deficiência na escola, como se demonstra a seguir.

O direito de alunos com necessidades especiais foi garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), que, em seu artigo 208, parágrafo III estabelece: que o dever do Estado com a educação será de fato efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De outra forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, N. 9394/96, traz em seu artigo 58, um conceito de educação especial, no inciso 1º dispõe sobre os serviços e no inciso 2º sobre o atendimento e isso respalda o trabalho do professor.

Art. 58º. Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função

das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

19 a 23 de Setembro de 2022

Na atualidade, a abrangência de políticas públicas que asseguram o direito do estudante com deficiência à educação inclusiva fica explícita na Política Nacional de Educação Especial PNEE (BRASIL, 2020), firmando o compromisso entre o Estado, a família e a sociedade no sentido de:

Promover um ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito (BRASIL, 2010, p.53).

Formação de professores

De outra forma, quando se trata da necessidade de formação para o trabalho com pessoas com deficiência, a professora Betânia relata ser formada em pedagogia e magistério, desde 2016, tendo sido professora na rede municipal em sua cidade e, posteriormente, convidada a acompanhar uma aluna com Síndrome de Down. A professora lembra do receio inicial devido à falta de experiência. Todavia, com o andamento do trabalho teve uma vivência muito boa, conseguindo se adaptar às crianças que trabalhava e aos poucos foi percebendo que todas as terapias dela estavam relacionadas ao desenvolvimento motor e cognitivo, influenciando diretamente na aprendizagem desses alunos.

Nesse sentido, Vitaliano e Valente (2010) entendem que, no que se refere à Educação Inclusiva, ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, tanto no que tange à legislação, quanto à produção de conhecimento. Porém ainda existem carências na formação docente nessa perspectiva. Conforme esses autores, os cursos de graduação não preparam suficientemente para a Educação Inclusiva, tampouco os cursos de formação em serviço. Nem mesmo os professores que tiveram algum componente curricular com esse enfoque durante a graduação encontram-se adequadamente preparados

A formação é um dos aspectos a serem aprimorados para que a inclusão seja concretizada com qualidade. Trata-se de um direito que os docentes têm, que deve estruturar-se a fim de possibilitar o desenvolvimento pessoal e profissional, como alicerce na escolha e na efetivação de práticas metodológicas adequadas para atender a diversidade de aprendizagem dos alunos (VITALIANO; VALENTE, 2010, p. 37).

Desafios na escolarização de Crianças com Síndrome de Down

Sobre os desafios no trabalho com as crianças SD, a professora Clara entende ser importante respeitar as diferenças individuais e ter em mente que, muitas vezes, crianças com Down apresentam algumas dificuldades que tornam o processo de alfabetização mais lento. Essas crianças apresentam muita dificuldade em leitura, escrita, interpretação de texto e não conseguem acompanhar os outros alunos da turma. Com as matérias que os professores me passam eu adapto de uma forma mais criativa que prenda a atenção dela e que incentive-a a relacionar figuras a palavras, nomes em animais, números a bichinhos, assim por diante. Crianças com SD podem ter problemas com audição, habilidades de memória e resolução de problemas. Elas dependem dessas habilidades para ler, escrever e interpretar. Isso tudo interfere na alfabetização dessas crianças.

Nesse sentido, Bissoto (2005) defende que a ação educacional ou terapêutica adotada com as crianças com Síndrome de Down precisa considerar, primeiramente, que existem necessidades educacionais próprias, as quais devem ser reconhecidas e respeitadas, para que sejam trabalhadas adequadamente, estimulando e desenvolvendo o indivíduo. De outra forma, é necessária a compreensão por parte dos profissionais de que existem processos de desenvolvimento muito particulares a cada indivíduo. Crianças com Síndrome de Down, por exemplo, não costumam desenvolver estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem.



Schwartzman *et al.* (2007) entendem ser interessante considerar a compreensão do fenótipo como uma reflexão de forças, um padrão compensatório que deve se constituir de áreas de maior competência, que promovem adaptação. Portanto, a organização de um trabalho de intervenção deveria estar direcionada aos talentos e interesses, da mesma forma como se devem trabalhar as dificuldades, favorecendo que a pessoa com Down reconheça suas capacidades.

Sobre estes desafios, a professora Ana revela, ainda, a importância do trabalho conjunto entre o professor de apoio e o professor regente que serão parceiros na concretização dos objetivos propostos para cada criança em sua especificidade. São agentes que elaboram conjuntamente estratégias e ações para que a criança seja atendida em suas necessidades e desenvolvimento de suas potencialidades educacionais.

Potencialidades da Criança com SD no processo de Escolarização

Quanto às potencialidades no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, observa-se, junto às professoras entrevistadas, que apesar dos desafios e especificidades dessas crianças, elas são capazes de desenvolver diversas potencialidades quando acompanhadas de forma respeitosa em sua relação com a aprendizagem. O que é bem exposto pela Betânia que demonstra acreditar no potencial das crianças e fala em respeitar o tempo e as necessidades de cada um.

Segundo Schwartzman (1999), o fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madureça lentamente. A pessoa com síndrome de Down vai se desenvolver de acordo com as facilidades que o ambiente lhe favorecer.

Todo ser humano é diferente e complexo, quando se trata de desenvolvimento entra o mesmo contexto, pois, o ambiente em que o sujeito se encontra é que vai favorecer o seu rápido ou lento desenvolvimento. Aquele que tem a síndrome de Down vai ter uma dificuldade maior em seu desenvolvimento, porém, com o tempo e prática a criança vai conseguir adquirir suas habilidades (SCHARTZMAN, 1999, p. 246).



Segundo Araújo, Bifano e Lima (2017), uma questão positiva da inclusão do aluno com Síndrome de Down está nas oportunidades criadas pelas interações entre as crianças com e sem deficiência. Os dados sugerem que as oportunidades oferecidas a todas as crianças de aprenderem juntas, a serem cooperativas, respeitarem as diferenças de cada um e os direitos dos demais são fundamentais para que aprendam a conviver em sociedade.

Sobre esse aspecto, a professora Ana aponta a importância do trabalho com a inclusão, no qual o professor de apoio se destaca como mediador entre o fazer de uma criança típica e uma criança com deficiência. A interação cotidiana pode, por vezes, imitar o comportamento de seus pares, tanto de forma positiva quanto negativa. Ela destaca que o apoio mediador aproxima a criança das experiências que favoreçam seu processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo compreender os desafios e as possibilidades para a escolarização de crianças com Síndrome de Down na educação formal a partir de uma visão das professoras. A partir das análises dos dados coletados, concluiu-se que as percepções em relação à possibilidade de aprendizagem do aluno com Síndrome de Down são positivas. Por meio das narrativas das professoras, constatou-se a crença de que o aluno com Síndrome de Down aprende de forma diferente, cada um de acordo com seu ritmo, singularidade e individualidade. Além disso, fica clara a percepção de que o aluno com SD aprende a conviver na sala de aula por meio das interações sociais estabelecidas. Expressando seus sentimentos e ideias, essas crianças ampliam seu repertório e as relações sociais. Os alunos típicos também aprendem a conviver de forma inclusiva. A partir das concepções apresentadas podem-se vislumbrar possibilidades de novas pesquisas que tragam novas vivências e olhares sobre o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.



Matipó/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fórum Acadêmico da Univértix

ALMEIDA, D. R., *et al.* Alfabetização e síndrome de Down nas pesquisas brasileiras **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.25, 2020.

ARAÚJO. J. A.; BIFANO. G. S.; LIMA. R. A.; Avaliação da interação social e de aprendizagem de alunos com síndrome de down inclusos em escolas públicas da rede regular de ensino no município de Porto Velho – RO. **South American**

Journal of Basic Education, Technical and Technological, V.4, N.1, p. 90-105. 2017.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Acesso em: 21 de out. 2021.

BARRETO, Maria Ângela de Champion, BARRETO, Flávia de Champion. Entendendo as deficiências. In: **Educação Inclusiva: Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem**. 1 ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.

BISSOTO, M. L. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciência & Cognição**, v. 04, p.80-88, mar. 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Brasília, DF.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação**. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

DAMBRÓS; L. A; TERÇARIOL D.; Habilidades comunicativas em crianças com síndrome de down. **Revista Gepesvida**, v.6, n.15, 2020.



Matipó/MG

XV FAVE

DÉA, V. H. S. D.; BALDIN, A. D.; DÉA, V. P. B. D. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Editora Phorte, 2009. 336 p.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v.8, n.2, p.173-182, jul. /dez. 2015.

FREIRE, R. C. L. *et al.* Aspectos neurodesenvolvimentais e relacionais do bebê com Síndrome de Down. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v.32, n.2, p.247-259, 2014.

MARINHO, Matheus Falcão Santos. A intervenção fisioterapêutica no tratamento motor da síndrome de down: uma revisão bibliográfica. **Revista Campo do Saber**, v.4, n.1, 2018.

MENDONÇA F. L. R.; *et al.* Mediações em sala de aula na construção do conhecimento em escolas inclusivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.24, 2020.

MIELNIK, I.; **A criança na escola.** 5ed. São Paulo: Edart, 1974. Acesso em: 10 de Nov. 2021.

MIRANDA, F. D. Psicologia e inclusão social de alunos com deficiência: a atuação do psicólogo na educação inclusiva. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**. v.2, n.4, 2019.

ROSOT, N. *et al.* Verificação do progresso no desenvolvimento em crianças submetidas à intervenção de atenção precoce. **Revista Ciências & Cognição**. v.23, n.2, 2018.

SOUZA, L.A. **As práticas de leitura de pessoas com síndrome de Down: implicações para a constituição do leitor.** 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SCHWARTZMAN, J. S. *et al.* **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon, 2007. 324p. Acesso em: 17 de out. 2021.

VITALIANO, C. R.; VALENTE, S. M. P. A formação de professores reflexivos como condição necessária para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C. R. (org.). **Formação de professores para inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Londrina: Eduel, 2010. Acesso em: 28 de Ago. 2021.



Matipó/MG

XV FAVE

VOIVODIC, M. A. M. A.; O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down: à luz das relações familiares. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**. Brasília, v.7, n.1, p.31-40, 2002.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.